



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

**Registro: 2025.0000093753**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1018639-34.2023.8.26.0005, da Comarca de Diadema, em que são apelantes ----- e -----, são apelados ----- (JUSTIÇA GRATUITA) e ----- (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA (Presidente), CLAUDIA MENGE E ANDRADE NETO.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2025.

**CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

Voto nº 27.326

Apelação nº 1018639-34.2023.8.26.0005

Comarca de Diadema \_ 2ª Vara Cível

Apelantes: ----- e -----

Apelados: ----- e -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS \_ Contratação visando cobertura fotográfica e filmagem de cerimônia de casamento \_ Sentença acolhendo pleitos para devolução do valor pago e fixando indenização por danos morais, pelos defeitos no trabalho levado a efeito \_ A contratação não envolvia somente o material fotográfico, único impugnado pelas autoras, mas também outros itens, particularmente o pré-wedding e a filmagem oficial, sobre os quais não houve qualquer reclamação fundada \_ O trabalho fotográfico foi apresentado, com a demonstração tão só de deficiência na fotografia a avozinha, encarregada na ocasião do enlace de levar as alianças para as nubentes \_ Análise mais apurada do serviço fotográfico, não analisada na sentença proferida, dependeria de conhecimento específico \_ Redução dos valores das



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

indenizações concedidas por dano material e moral, com readequação dos encargos sucumbenciais – Recurso parcialmente provido.

Ação de procedimento comum foi acolhida na r. sentença proferida a fl. 264/265, com a condenação dos réus por danos materiais e morais, respectivamente, em R\$1.590,00 e R\$5.000,00, com acréscimos legais e honorários de advogado arbitrados em 10% do valor da condenação.

Os vencidos recorrem para modificação desse resultado, apresentando os seguintes argumentos: (a) prestaram a contento os serviços contratados para fotografia, filmagem e outros itens de festejo de casamento entre as autoras; (b) não foram produzidas provas de defeito na prestação desses serviços e nem se considerou as condições adversas

2

do local do evento, que em parte prejudicaram o serviço que foi prestado; (c) a sentença estabeleceu, sem maior fundamentação, uma avaliação subjetiva da qualidade do serviço e fixou, com evidente desproporção, indenizações que não seriam devidas; (d) não foram apreciadas todas as colocações feitas nas matérias defensiva e nem examinadas as fotografias apresentadas, em número de mais de 500, quando a contratação exigia somente o fornecimento de 150 delas; (e) não há avaliação técnica na conclusão da sentença, que peca por extrema simplicidade para acolher a ação proposta, sem análise do *link* de todas as fotografias tiradas na ocasião do casamento (fl. 283) e da amplitude dos serviços contratados; (f) a decisão proferida implica em enriquecimento ilícito, pois as autoras só indicam, no imenso volume de fotografias tiradas, especificamente defeito em 10.

Recursos tempestivos, isentos de preparo e contrariados.

Este o relatório, adotado, no mais, o da sentença.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

As autoras dessa ação ajustaram os réus para serviços de fotografia e filmagem da cerimônia de seu casamento, no dia 26.11.2022, no salão de festas La Belle, no bairro de Itaquera, nesta capital, constando expressamente do escopo contratual o seguinte:

- *hospedagem de todo material na internet, com link para download, gratuitamente;*
- *um teaser de um minuto;*
- *um filme oficial entre 10 e 20 minutos;*
- *pré-wedding (lugar escolhido pelo casal) e- 150 fotos de alta resolução editadas.*

Esse era o objetivo da contratação, embora a petição  
3  
inicial reclame de dois pontos específicos: a tradicional foto com os padrinhos e a foto da avó que entraria na cerimônia com as alianças.

Após a entrega do serviço encomendado, as autoras consideraram o serviço fotográfico deficiente, notadamente naquelas duas questões retromencionadas, e vieram a juízo pleitear a devolução de todo o valor pago e ainda uma indenização por danos morais.

Uma vez estabelecido o contraditório e produzida a prova documental, com destaque para a fotográfica, a sentença recorrida acolheu os pedidos apresentados, com esta fundamentação:

“O feito dispensa a produção de outras provas e comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

O objeto do contrato entre autoras e réus envolveu a realização de um "álbum" de casamento, assim entendido um conjunto de fotos e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

vídeos que documentam a cerimônia. Há um certo consenso quanto ao que integra tal serviço e, nos limites daquilo que é possível conhecer na lide, houve um serviço deficiente.

Não se trata de fumaça nas fotos e não podem os réus reclamar a não contratação de assistente. Se o trabalho exige o assistente, cabe aos prestadores do serviço incluírem no preço e providenciarem o que se faz necessário para atender à demanda específica.

De outra parte, é certo que, afastada a questão técnica, que inclui também a falha em atender a "tipicidade" do serviço (fotos do vestido,

4  
de padrinhos e outras), há um grau subjetivo na avaliação que dificulta a solução da ação, máxime porque foram oferecidas fotografias e filmagens em número significativo e capazes de atender a certo grau de qualidade.

É inegável que o prejuízo do álbum é causa de dano moral, posto que a cerimônia é única e não se repetirá para ser documentada. Daí que há o dano moral. Mas a subjetividade na análise de diversos quesitos que envolvem tais serviços, importa em reduzir o valor do arbitramento, que deve considerar que o trabalho foi realizado com esforço das partes requeridas, ainda que de modo insatisfatório. O valor deve também considerar o orçamento global do serviço, que estabelece um contorno patrimonial aos interesses e capacidade econômica das partes envolvidas.

Destarte, cabível a fixação da restituição do valor pago e pagamento de dano moral, que fixo em R\$5.000,00."



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Contudo, com a devida licença, esta decisão não examinou detalhadamente a matéria trazida pelo contraditório e a prova produzida, notadamente, a fotográfica.

E aqui é preciso, logo de início, fazer uma observação, pois, notando o que fora contratado, não há nenhuma ressalva em relação aos itens da hospedagem de todo material na internet, ao *teaser* de um minuto, ao *pré-wedding* e, destacadamente, para a filmagem oficial.

Na verdade, analisada a petição inicial, a insurgência das autoras só se dá em relação ao serviço fotográfico e aqui é preciso

5  
verificar que simples consulta ao Google indica que, neste tipo de contratação, o valor das fotografias se situa entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00; o do *pré-wedding* em R\$500,00 a R\$1.500,00 e o da filmagem entre R\$1500,00 e R\$3.000,00.

Esses são os valores correntes hoje em dia, para serviços similares, mas o que se pode depreender daqueles R\$1.590,00 combinados e pagos, ao menos a metade correspondia aos demais serviços realizados e não impugnados com alguma propriedade.

Voltando então à única questão realmente controvertida, a análise do material fotográfico, não se pode deixar de examinar a gama de fotografias tiradas, com *link* indicado particularmente na contestação de ----- e o que ali se observa, após análise feita por quem não tem conhecimento diferenciado deste tipo de trabalho é que, fundamentalmente, o objetivo colimado pelas autoras foi obtido.

Ressalta-se, porém, que era de se esperar um trabalho mais adequado particularmente para a fotografia da avózinha, que entraria na cerimônia com as alianças e é nesta questão que descuraram os apelados, na medida em que a fotografia dos padrinhos, ainda que não considerada um



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

primor técnico, foi feita e comprovada durante a instrução deste procedimento judicial.

Esta questão está bem observada em decisão do STJ, reproduzida a fl. 287, como se vê a seguir:

*“AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.214.873 - SC*

*(2017/0310127-6) RELATOR: MINISTRO RAUL ARAÚJO AGRAVANTE: RAFAEL CASSIANO DA SILVA AGRAVANTE: DANUBIA MARAISA DE*

6

*OLIVEIRA ADVOGADOS: PATRÍCIA APARECIDA SCALVIM SCHMITZ - SC012259 ANTONIO CARLOS GOEDERT - SC012076 FABIANA ELIZABETE BACKES - SC025476 MARIA HELENA CARDOSO - SC033512 AGRAVADO: R&R FOTOGRAFIAS LTDA - ME ADVOGADO: LILIAN DA SILVA MAFRA - SC010899 DECISÃO (...). RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO CDC. Aos contratos de cobertura fotográfica em casamento aplicam-se os ditames do CDC, pois presentes os sujeitos caracterizadores e a destinação final. DESCUMPRIMENTO APENAS PARCIAL DAS DISPOSIÇÕES CONTRATADAS.*

*PARTE DAS FOTOS ENTREGUES. RESCISÃO CONTRATUAL E RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO SOMENTE QUANTO À PARTE INEXECUTADA. SENTENÇA REFORMADA NESTE PONTO. Se o serviço de cobertura fotográfica é prestado no dia da cerimônia e parte desta cobertura é entregue em mídia digital, ainda que com atraso, para o qual os autores contribuíram, não é devida a rescisão do contrato em integralidade com a devolução de todos os valores*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

*pagos, pois, porque se trata de importante lembrança pessoal, evidente que os autores permanecerão com tal material, razão pela qual rescinde-se a avença apenas na parte cujo cumprimento o fornecedor não alcançou, sob pena de enriquecimento ilícito. DANO*

*MORAL NÃO CABIMENTO. MERO ABORRECIMENTO DECORRENTE DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL, CUJO ATRASO OS AUTORES CONTRIBUÍRAM. O fato retrata mero inadimplemento contratual que não possui o condão de gerar indenização por dano moral. Não ocorrência de*

7

*abalo anímico dos autores, seja relacionado à honra, à liberdade, à imagem, à intimidade, à vida ou à incolumidade física e psíquica (...) (STJ - AREsp: 1214873 SC 2017/0310127-6, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 04/06/2019)*

Sopesadas todas estas circunstâncias, não se justifica, com a devida licença, devolução total do valor do serviço realizado, particularmente para a filmagem, *pré-wedding* e a entrega de substancial material fotográfico, afigurando-se mais razoável a devolução de um terço deste montante, o que equivale a R\$530,00.

E pela deficiência fotográfica, especificamente para as fotografias envolvendo a avozinha de uma das demandantes, justifica-se realmente uma indenização por dano moral, mas reduzida agora para R\$ 3.000,00, no que se considera que não foi totalmente imperfeito o trabalho realizado, que pode ser substancialmente aproveitado, observando-se então os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade.

E aqui, é bom dizer, análise mais técnica da qualidade





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

do serviço fotográfico exigiria enfoque mais especializado o que, aparentemente, nenhuma das partes ou mesmo dos julgadores têm presente.

Os encargos sobre os valores da condenação serão os estabelecidos na sentença, divididas as despesas processuais e fixados honorários de advogado para as autoras em 15% do total da condenação e para os réus em 15% do valor ora extirpado da mesma condenação.

São essas as razões pelas quais meu voto dá parcial provimento ao recurso.

8

Caio Marcelo Mendes de Oliveira

Relator

(assinatura digital)